

ASSEMBLEIA ESCOLAR: UM MOVIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA FORMAÇÃO DE SUJEITOS SOCIAIS FREQUENTADORES DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO POPULAR.

MESTRANDA: PATRÍCIA LACOMBE

ORIENTAÇÃO: PROFA. DRA. ROSEMARY APARECIDA SANTIAGO

UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL – UNICSUL

PROGRAMA DE MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS

placombe.lacombe@gmail.com

1. O Percurso de pesquisa

Entende-se que a prática da assembleia implementada e desenvolvida no Núcleo Socioeducativo do Instituto Alana, durante o período compreendido entre 2008 e 2012, contém propósitos sociais com ênfase na formação crítica e cidadã dos sujeitos envolvidos e, por esse motivo, justifica uma avaliação dos impactos produzidos nos usuários da instituição beneficiados com esse processo. Neste sentido, o esforço dessa pesquisa reside na capacidade de avaliar, por meio da percepção de jovens que frequentaram o núcleo, quais foram as afetações produzidas por essa experiência.

O presente estudo torna-se relevante à medida que aponta para a contribuição do debate acerca da educação popular e da cidadania, sendo esses aspectos preponderantes no exercício dessa prática social, além de contribuir para os atores envolvidos na gestão de instituições governamentais e não-governamentais, no que tange o princípio de participação e da democracia.

Diante do cenário de conflitos e exclusão na periferia de São Paulo, a prática da assembleia pode ser compreendida como o momento institucional da palavra e do diálogo (Puig, 2006), reorganizando as relações de autoridade em uma estrutura menos hierárquica, pautada no respeito mútuo e na participação social.

É notória a escassez de produções que analisem o emprego e os impactos dessa prática, constituindo campo importante e inédito de investigação dessa pesquisa de Pós-Graduação.

Faz-se necessário portanto, reconhecer que o tema desse estudo exige um esforço ainda maior de investigação para sua consolidação.

1.1 Hipótese e problema de pesquisa

Partindo da hipótese de que as assembleias permitem experiências conceituais concretas e, práticas de democracia no interior das instituições, levando os membros da comunidade a vivenciarem um ambiente respeitoso que contribui para a educação para a cidadania, torna-se importante investigar as ressonâncias desse trabalho nos jovens, ex-frequentadores do núcleo socioeducativo do Instituto Alana.

No caso desse estudo, que permeia a relação que se põe entre o movimento de formação cidadã e o percurso dos movimentos populares da educação, a análise está constituída em compreender os impactos que esse movimento de participação no interior da instituição tiveram na formação social dos sujeitos.

Diante dessa afirmação, apresentamos como questão central dessa pesquisa:

De que forma podemos afirmar que a assembleia escolar foi um movimento de participação no NSE do Instituto Alana?

1. 2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos

A pesquisa proposta tem por objetivo investigar a prática da assembleia escolar implementada num contexto de vulnerabilidade social, numa estrutura de educação não-formal.

Como objetivo geral a proposta de investigação se dedica a analisar os impactos que a prática da assembleia escolar no Núcleo Socioeducativo do Instituto Alana produziu na formação pessoal e social de crianças e adolescentes frequentadores desse espaço.

Por meio desta pesquisa propomo-nos a identificar três objetivos específicos:

O primeiro objetivo específico consiste em investigar a prática da assembleia implementada no NURECA.

O segundo objetivo é identificar, nomeado pelos participantes, quais os avanços na convivência adquiridos a partir da experiência da assembleia.

O terceiro, averiguar os conhecimentos adquiridos pelos alunos no exercício de cidadania proposto pelo desenho da assembleia escolar na instituição.

1.3 Metodologia de Pesquisa

Esse estudo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que terá como cenário a comunidade do Jardim Pantanal e seus moradores.

A escolha pela pesquisa qualitativa como estratégia metodológica está fundamentada no fato de que essa abordagem permite uma melhor compreensão do cotidiano humano e suas relações sociais, aspecto constitutivo do objeto de investigação dessa análise.

A pesquisa qualitativa realiza uma aproximação fundamental entre sujeito e objeto, já que ambos são da mesma natureza, e busca os motivos e as intenções dos projetos dos sujeitos a partir dos quais as ações e as relações se tornam significativas. (MINAYO, M.C, ANCHES, O., 1993, P.239)

Para realizar a investigação, o projeto teve início em um estudo bibliográfico e desfecho em uma estratégia de coleta de dados que promove o diálogo, base do trabalho realizado durante a própria intervenção.

O recurso do grupo focal permite ao pesquisador, considerar a fala dos sujeitos da pesquisa, numa discussão que percorre os objetivos gerais e específicos do trabalho. O critério de escolha dos representantes do trabalho para participação no encontro de realização do grupo focal levou em conta o período de duração da prática da assembleia escolar na instituição e o tempo de permanência dos sujeitos no programa.

Ao optar por abordar a técnica de Grupos Focais na pesquisa social, é preciso enfatizar que esse debate recebe destaque, nesse momento introdutório, por sua importância para o fundo da pesquisa social, que demanda, cada vez mais, uma postura crítica e dialética visando a superação dos pontos contraditórios, tornando-os públicos para que possam ser submetidos a outras críticas. (NETO, MOREIRA, SUCENA, 2002, p. 02)

A técnica de Grupo Focal possibilita a identificação de diferentes percepções, sentimentos e ideias dos participantes a respeito de um determinado problema ou assunto que, conforme nos afirma Barbosa (1999), é uma estratégia de pesquisa qualitativa, baseada em grupo reduzido de participantes, com o objetivo de apurar informações de percepções, sobre a situação vivida. Essa técnica tende a fazer as pessoas se sentirem mais à vontade para expressar suas motivações, já que podem compartilhar com outras pessoas que passam ou

passaram pela mesma situação e também experimentaram sentimentos com relação ao tema proposto para o debate.

Ainda, segundo Neto; Moreira e Sucena (2002),

[...] assim como quaisquer outras técnicas, a de grupos focais não é capaz de iluminar por si própria os caminhos metodológicos de uma pesquisa social, nem tampouco condicionar ou influenciar a escolha de seus objetos e objetivos. Ao contrário, sua escolha encontra-se condicionada à orientação teórico-metodológica da investigação, do objeto de investigação e da real necessidade de dados e informações a serem coletados. (NETO; MOREIRA ; SUCENA, 2002, p.3)

Para o tratamento dos dados coletados, a técnica empregada nessa pesquisa foi a de análise de conteúdo. O trabalho foi orientado por três categorias de análise, estabelecidas a partir dos conceitos abordados por Romeu Gomes em *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*, organizado por Minayo (2010), com ênfase no quarto capítulo “Análise de dados em pesquisa qualitativa”.

2. Cidadania, Educação e Participação Social

Eu sou o capitão da minha alma.
(Nelson Mandela)

2.1 Cidadania: Questão de direito ou de ética?

Investigar os sucessos e insucessos do desenho proposto na estrutura de atendimento do NURECA (Núcleo de Recreação Cultura do Instituto Alana) a partir do ano de 2008, pela voz dos próprios sujeitos afetados diretamente pela experiência, auxilia o leitor a compreender qual o lugar da participação nas instituições de educação e, de que forma a prática da assembleia apoiou o desenvolvimento social e autônomo das crianças e adolescentes dessa intervenção.

As assembleias são o momento institucional da palavra e do diálogo. O momento em que o coletivo se reúne para refletir, tomar consciência de si mesmo e transformar tudo aquilo que os seus membros consideram oportuno. É um momento organizado para que os alunos e alunas, professores e professoras possam falar das questões que lhe pareçam pertinentes para melhorar o trabalho e a convivência escolar. (Araújo, 2006, p.22)

Partindo da premissa de que a ética se forma muito mais por via de exemplo do que pela dimensão teórica, a partir dos estudos propostos por Araújo (vídeo-aula 7, do módulo 1, programa de especialização em Ética, valores e cidadania na escola: USP-Univesp, 2012),

podemos afirmar que a ética não é um partido a aderir do ponto de vista teórico. Ela trata de uma dimensão do saber no campo da ação. Nesse sentido, ética não é tal qual a matemática ou a biologia, uma disciplina especializada. Sigo, propondo que a cidadania, assim como a ética, se aprende ao ser exercida e não capturando o conceito.

A educação para a cidadania, como elemento essencial para a democracia, pressupõe a formação e a instrução das pessoas, visando à sua capacitação para a participação motivada e competente na vida política e na vida pública da sociedade. (Araújo, U.F., 2006, p.15)

Ética e Cidadania são temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais da educação, propostos como componente do processo formativo dos sujeitos, no sentido de prepará-los para a vida em sociedade.

É defendida nesse estudo a ideia de que a cidadania compreende um conjunto de direitos e de deveres que permite aos cidadãos o acesso à vida política e pública, podendo, para além do direito a votar e ser votado, encontrar condições para o desenvolvimento físico, psíquico, cognitivo, ideológico e cultural adequado.

Ética pode também significar Filosofia da Moral, portanto, um pensamento reflexivo sobre os valores e as normas que regem as condutas humanas. Em outro sentido, ética pode referir-se a um conjunto de princípios e normas que um grupo estabelece para seu exercício profissional (por exemplo, os códigos de ética dos médicos, dos advogados, dos psicólogos, etc.). Em outro sentido, ainda, pode referir-se a uma distinção entre princípios que dão rumo ao pensar sem, de antemão, prescrever formas precisas de conduta (ética) e regras precisas e fechadas (moral). Finalmente, deve-se chamar a atenção para o fato de a palavra “moral” ter, para muitos, adquirido sentido pejorativo, associado a “moralismo”. (Parâmetro Curricular Nacional da Educação Básica, Vol. 08.2, p. 49, 1997)

Nesse sentido, a contribuição de Araújo (2006, p. 15) propõe que a escola (nessa pesquisa ampliada para as instituições de educação formal e não-formal) é o espaço em que é possível promover situações com intencionalidade para a vida em sociedade, visando a construção de personalidades morais, de cidadãos autônomos que busquem de maneira consciente e virtuosa, a felicidade e o bem estar coletivo.

O desenho de trabalho das assembleias escolares, prática estudada nesse trabalho de pesquisa, é o da participação social, que traz para o espaço coletivo a reflexão sobre os fatos cotidianos, incentivando o protagonismo das pessoas e a co-participação do grupo na busca de encaminhamentos para as questões indicadas como sendo demandas prioritárias a regulação da convivência.

Ao resgatarmos em nossa constituição, trechos que remetem as questões de ética e cidadania, destacamos o que consta no art. 3º, *lê-se que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (entre outros): I) construir uma sociedade livre, justa e solidária; III) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*

Tais aspectos apontam para o caráter democrático da sociedade brasileira. Entendemos portanto que, a democracia é mais do que um regime político, mas uma forma de organização social que legitima a expressão das diferenças sociais e culturais.

Terceira tese (especificamente política): De como, quando menos se falou em democracia no interior da escola, mais ela esteve articulada com a construção de uma ordem democrática; e quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos ela foi democrática. (Saviani, D., 2008, p.48)

Saviani (2008), afirma que os pais das crianças pobres têm uma consciência muito clara de que a aprendizagem implica a aquisição de conteúdos mais ricos, têm uma consciência muito clara de que a aquisição desses conteúdos não se dá sem esforço, não se dá de modo espontâneo. E é nessa lógica que atribuem aos educadores a garantia de que a aprendizagem de seus filhos se efetive.

(...) o abandono da busca da igualdade é justificado em nome da democracia e é nesse sentido também que introduzem no interior da escola procedimentos ditos democráticos. E hoje nós sabemos, com certa tranquilidade, já, a quem serviu essa democracia e quem se beneficiou dela, quem vivenciou esses procedimentos democráticos no interior da escola. Não foi o povo, não foram os operários, não foi o proletariado. Essas experiências ficaram restritas a pequenos grupos, e nesse sentido elas se construíram, em geral, em privilégios para os já privilegiados, legitimando as diferenças. (Saviani, 2008, p. 39)

Para compreender o que caracteriza, nessa pesquisa, a classe em exclusão social e vulnerabilidade social, recorreremos ao relatório federal de 2007, elaborado pelos seguintes atores: UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), MET (Ministério do Emprego e do Trabalho), FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador), DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos).

A expressão exclusão social serviu de referência para a caracterização de situações sociais limites, de pobreza ou marginalidade, e para a consequente formulação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da problemática. (Portal MET, Relatório 2007, p. 11)

Diante da crescente crise social, consequência da crise do mercado de trabalho estabelecida pela lógica capitalista, os trabalhadores das classes intermediárias (antes considerados incluídos), passaram a pertencer ao cenário da exclusão, uma vez que passaram a não conseguir mais dar conta de todas as suas necessidades, anteriormente atendidas.

Este fato deu novo sentido para o estudo da exclusão social, pois agora não se tratava mais de analisar situações extremas de inclusão ou exclusão, mas de situações intermediárias, que seriam mais bem definidas pelo conceito de vulnerabilidade social aplicado ao mundo do trabalho. Este conceito, além de tratar de situações intermediárias, teria o mérito de analisar a dinâmica das condições de desigualdade e a mobilidade (ascendente ou descente) a que determinados grupos sociais estariam sujeitos.

O conceito de igualdade, segundo Araújo (2006,) é indissociável do conceito de equidade, compreendido em sua obra como o princípio da diferença dentro da igualdade.

2.2 Movimentos de Participação e Educação

O presente estudo acerca da prática das assembleias escolares no Instituto Alana, na comunidade do Jardim Pantanal, torna-se relevante à medida que aponta para a contribuição do debate e evolução do tema como uma ferramenta útil, para os atores envolvidos na formulação e implementação de políticas de gestão, assim como para a sociedade que passa a ter maior conhecimento e entendimento da prática da assembleia como um movimento participativo nas instituições de educação.

Seguimos acompanhando Puig (2007), que discorre acerca da convivência, pressuposto da participação social, apontando para a ideia de que conviver supõe comprometer-se a colaborar em projetos comuns. Supõe mais do que compreender o outro cognitivamente, mas aproximar-se dele pela ação conjunta.

Além disso, a realização de projetos de colaboração é a demonstração mais clara de que se chegou a um alto nível de convivência. A antítese da separação e do isolamento é o compromisso num trabalho compartilhado. Atualmente, podemos afirmar que trabalhar em grupo e colaborar em projetos transformou-se num valor ético, educativo e econômico de primeira magnitude. (Puig, 2007, p. 71)

Ainda segundo Puig, entendemos que a participação contrapõe-se a dependência e a incapacidade. Participar então, pressupõe não estar submetido a formas de dominação e, utilizar recursos necessários para intervir na vida pública.

Nesse sentido, a aprendizagem da vida comum consiste num esforço para ser um membro cívico e um cidadão ativo numa sociedade democrática e participativa. Segundo o autor, para que essa participação cívica se efetive é necessário compreender que são necessárias condições que não dependem exclusivamente da educação, embora sem ela, não sejam possíveis.

Puig (2007) defende que a participação não se esgota na votação, mas se manifesta na deliberação que busca conjuntamente as melhores opções. Dessa forma, a participação pressupõe democratização do conhecimento, visto que o saber não é uma propriedade privada dos especialistas, nem um produto acadêmico inerte.

O saber é um elemento ativo que deve nos permitir formar uma opinião o mais fundamentada possível sobre as questões que nos afetam. O saber tem de servir para entender melhor o mundo e ser um elemento a mais na valoração e na decisão das questões que nos afetam. (Puig, 2007, p.73)

Adiante, Puig (2007) reflete dois conceitos pertinentes a ideia de participação: convivência multicultural e convivência plenária. A primeira, diz respeito a detectar valores comuns às culturas diversas, contribuindo para novas possibilidades de convivência. A segunda, implica em decidir se somos a favor de uma cidadania local ou de uma cidadania cosmopolita (de origem grega, “cidadão do mundo”).

Os valores são construídos com base na projeção de sentimentos positivos que o sujeito tem sobre objetos e / ou pessoas e / ou sobre si mesmo. Com isso, entende-se que um sujeito pode projetar sentimentos positivos sobre objetos (Ex.: escola); pessoas (Ex.: amigo, pai); relações (Ex.: a forma carinhosa como um homem trata uma mulher ou um professor aos seus alunos); si mesmo (Ex.: e aqui está a base da auto-estima). (Araújo, U.F., 2007, p.20 / 21)

Os espaços de participação e argumentação contribuem de forma intensa para o fortalecimento da formação social, concomitantemente, para a diferenciação entre fatos e valores.

Segundo Gohn (2012), a relação entre movimentos sociais e educação está permeada por um elemento já mencionado nesse trabalho: a cidadania. Todavia, se faz necessário esclarecer a variação de significados que preencheu esse conceito historicamente.

No período nomeado por liberalismo, época da Declaração dos Direitos do Homem (1789), a propriedade estava firmada como direito supremo, segundo a autora. Logo, surge o sujeito político burguês, com direito à liberdade e à plena cidadania.

Gohn (2012) afirma que as diferenças sociais eram vistas como diferenças de capacidade.

Segundo a autora, com a consolidação do capitalismo, a educação passa a ser pensada como mecanismo de controle social. O pressuposto básico era o de que um povo instruído seria ordeiro, obediente aos seus superiores. A única educação que interessava era a formação e produção de mercadoria para o mercado de trabalho.

Para Gohn, esse processo resulta no deslocamento da noção de cidadania para a questão do poder.

Observa-se, assim, que a noção de cidadania passa a se descaracterizar de sua concepção original clássica. Chega a negá-la, à medida que se reduz a ver o processo educativo para a cooperação ao bem comum. Passa a ter uma conotação eminentemente moral, de disciplinamento para o convívio social harmônico com seus cidadãos semelhantes. (Gohn, 2012, p.18)

E é nesse sentido que a autora aponta para a alteração de cenário que marca o século XIX, em que a cidadania passa a se dirigir a todos, diferente dos séculos anteriores, em que pertencia apenas a burguesia. Todavia, nesse momento, ela dirige-se as massas para discipliná-la, domesticá-la. Os direitos sociais não são conquistados, mas outorgados pelo Estado.

Em seus escritos, Gohn traz uma nova perspectiva de cidadania com a chegada do século XX

O projeto burguês enfatizará a questão dos direitos dos indivíduos, menos como direitos e mais como deveres. Deveres para com o Estado, o interlocutor oficial da sociedade. O Estado passa a regulamentar os direitos dos cidadãos e a restringi-los ou cassá-los, em determinadas conjunturas históricas. (Gohn, 2012, p. 19)

Segundo a autora, o caráter explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas são elementos que ajudam a constituir um novo ator, agente da mobilização e das pressões: os movimentos sociais.

Baseado em interesses da coletividade, o cidadão coletivo reivindica e, a educação ocupa lugar central nessa acepção pela cidadania. Assim, a cidadania coletiva é constituidora

de novos sujeitos históricos, nomeados por Gohn (2012) de “massas urbanas espoliadas” e as “camadas médias expropriadas”.

A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas. (Gohn, 2012, p. 21)

Existem inúmeras dimensões que se articulam para consolidar o caráter educativo dos movimentos sociais, não sendo necessário nenhuma delas assumir grau de prioridade.

Tratamos aqui, de uma concepção de educação que se desenvolve fora dos canais institucionais escolares, mas que, segundo a autora, são processos educativos que extrapolam as técnicas e os instrumentos pedagógicos.

Os movimentos sociais populares são formas renovadas de educação popular. Não se dão a partir de um programa pré-estabelecido, mas através de princípios que fundamentam a educação popular. Segundo a autora, são eles as igrejas, os partidos políticos, as universidades, as instituições governamentais e não governamentais nacionais e internacionais.

O pouco tempo de vivenciamento das novas práticas; as contingências dadas pela crise econômico-social; a não elaboração de estratégias internas específicas dos movimentos sociais, que viessem a consolidar a visão fragmentada de um mundo em projetos próprios, voltados para o alargamento do campo de atuação na sociedade civil; e o privilegiamento de ações e estratégias voltadas para a transformação da sociedade política, especificamente os órgãos de poder executivo e legislativo, tudo isto está fazendo com que os movimentos se inscrevam como partes constitutivas fundamentais de um passado em extinção: a era da participação – os anos 1980. (Gohn, M.G., 2012, p.126)

Cabe aqui, ressaltar que a pesquisa analisa a ferramenta da assembleia escolar implementada em um cenário de educação popular, não-formal, embora tal recurso tenha sido escrito e proposto por Araújo (2006) numa configuração escolar.

Aprender a dialogar, a construir coletivamente as regras de convívio e a fortalecer o protagonismo das pessoas e dos grupos sociais é um papel que a escola pode, e deve, exercer na luta de transformação da sociedade. Construir alicerces culturais, que tenham como sustentáculos a justiça, a igualdade, a equidade, a solidariedade e o diálogo, deve permitir que, no futuro, pesquisas como a citada apresentem resultados distintos, em que a maioria da população perceba que a justiça social somente será alcançada por meio de democracia. (Araújo, 2006, p. 7)

O princípio básico da educação popular, segundo Gohn (2012), foi o do desenvolvimento de uma ação pedagógica conscientizadora, que deveria atuar sobre o nível cultural das camadas populares, em termos explícitos dos interesses delas.

Ainda segundo a autora, não existe movimento social puro, isolado, formado apenas de participantes populares de base. Sempre há a presença de elementos externos ao grupo demandatório. Quando nomeia externos, Gohn (2012) refere-se a categoria social, embora exista uma consonância ideológica que estabelece os laços de afinidade e os objetivos comuns.

O saber popular politizado, condensado em práticas políticas participativas, torna-se uma ameaça às classes dominantes à medida que ele reivindica espaços nos aparelhos estatais, através de conselhos e etc. com caráter deliberativo. Isto porque o saber popular estaria invadindo o campo de construção da teia de dominação das redes de relações sociais e da vida social. (Gohn, 2012, p. 57)

Segundo Gohn (2012), os movimentos sociais populares reduziram significativamente nos cinco primeiros anos da década de 90. Diminuíram em quantidade e em visibilidade na sociedade, considerando o poder de pressão que obtiveram na década de 80. A autora infere que o fato se deu em função de outros fatos correlacionados, tais como a própria conquista de direitos constitucionais, que careciam naquele momento de regulamentação.

Foi nesse mesmo período que o governo passou a implementar ou, a aprofundar-se nas políticas neoliberais, que geraram desemprego, aumento da violência e da pobreza urbana e rural, segundo a autora. A educação popular e o trabalho de base junto a grupos populares passaram a receber críticas, como sendo algo ultrapassado.

Refletia-se no interior dos movimentos, uma crise maior que o país atravessava, de desmonte de políticas sociais pelas quais neoliberais e sua substituição por outras, em parceria com o terceiro setor; de fragmentação da sociedade pela desorganização ou flexibilização do mercado de trabalho levando ao crescimento do setor informal; de novas exigências do campo da educação, formal e não formal, em face do mundo globalizado. (Gohn, 2012, p. 120)

Surgiu um número considerável de instituições de educação não-formal e projetos para o atendimento de crianças, adolescentes e jovens em contraturno escolar, que privilegiam a oferta de oficinas pontuais para o desenvolvimento de habilidades técnicas voltadas para as artes manuais, a música e a geração de renda. No entanto, que não se comprometiam com a formação crítica e cidadã, no que tange o alargamento da consciência.

Preconiza-se a mudança do próprio mundo dos educandos através da atualização da aquisição de novos conhecimentos e novas habilidades profissionais (...) buscava-se promover modificações de atitudes sobre bases mais econômicas do que 'sociais', e mais políticas do que comunitárias. (Gohn, M.G., 2012, p.59)

Nesse período, muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram a ONGs que já o apoiavam. Segundo Gohn (2012), a nova política de distribuição e gestão de fundos públicos, em parceria com a sociedade organizada, focalizados não em áreas sociais (como moradia, saúde educação, etc), mas em projetos pontualizados, com crianças, jovens mulheres e etc., contribuiu para desorganizar as antigas formas dos movimentos fazerem suas demandas e reivindicações. A lógica de organização desses projetos e programas passou a ser propositiva e não reivindicatória. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos.

3. A ASSEMBLEIA NO NURECA: EDUCAÇÃO & PARTICIPAÇÃO

3.1 “A gente vai começando a entender o significado.”

(Bruna Duarte; 17 anos)

Faz-se necessário entender a prática das assembleias como um momento efetivo para o exercício do diálogo, especialmente aqueles inseridos no *Nureca*, ambiente objeto de análise desse estudo.

“(...) não deveria ser uma borboleta o símbolo do Alana, mas sim o símbolo do infinito, sabe por quê? Porque o amor, o amor não acaba, mesmo depois da morte, mesmo depois de tudo e acho que é isso que muitos sentem pelo NURECA, pelas assembleias e pelo que acontecia lá dentro. Eu acho que por isso que não tem como acabar, uma coisa infinita mesmo.” (Ana Mayra; 17 anos)

Parte-se, então, dos conceitos de democracia e cidadania tão difundidos nas instituições sociais e de educação. Conforme propôs Araújo (2004, p. 13), a democracia, deve ser entendida como ideal de igualdade e equidade, isto é, a concepção de que professores e alunos desempenham relações de paridade, considerando as diferenças naturais e individuais, dado o princípio de equidade. Dessa maneira, deve-se considerar o fato de que tanto os docentes como os estudantes têm os mesmos direitos e deveres de todos os seres humanos.

Na frase abaixo, uma ex-participante da prática da assembleia, inscritos no Nureca retratam tal afirmação.

“Porque assim, no começo a gente acha que é problema dos professores fazer isso e não nosso, é tipo.., como eu posso dizer?... problema dos líderes, não da gente. Mas depois a gente vai entendendo que a gente tem que ir mudando, a gente que tem que fazer a mudança né.” (Danielle Logarinho; 21 anos)

O autor destaca a importância de reconhecer os diversos papéis sociais com relação aos direitos e deveres que todos os participantes desempenham, os direitos comuns a todos: “direito ao diálogo, à livre expressão de seus sentimentos e de suas ideias, ao tratamento respeitoso, à dignidade etc. – tanto nas escolas quanto nos hospitais e nas famílias”. (ARAÚJO, 2004, p. 14). Nesse sentido, a compreensão desses direitos igualitários é necessária para configurar a cidadania na educação, os percursos das assembleias nesse contexto e seus impactos na construção de conhecimentos dos sujeitos envolvidos.

“É, a gente tem que começar a encarar tudo que vem de fora porque a gente começou a aprender muito com isso.” (Bruna Duarte; 17 anos)

Analisando o território em questão, é possível identificar a necessidade de um trabalho calcado na construção de sujeitos autônomos, dotados de personalidades morais, conscientes de seus papéis de agentes transformadores da própria identidade e da realidade coletiva. A atuação da educação incrementada pelo exercício da assembleia, contribui de forma significativa para esse fim, visando a um futuro de gerações que possuam a racionalidade autônoma, baseada nos princípios de igualdade, equidade, justiça e respeito mútuo pelos outros e pela natureza.

“Posso falar uma coisa? Somos diferenciados, eu me sinto diferenciada ou até mesmo destacada no meio da multidão. Porque são poucos que tem essa oportunidade e eu soube aproveitar.” (Ana Mayra; 17 anos)

Em consonância a essas ideias, o objetivo da assembleia é despertar a consciência e mudar o comportamento diante de situações que desconfortam o cotidiano das inúmeras esferas de convivência do sujeito, no sentido de estabelecer acordos e solucionar os problemas apresentados pelos próprios participantes. Os professores, por sua vez, aproximam-se de seus alunos numa relação de paridade em que a figura do educador se apresenta como aliada na construção desse ambiente dialógico.

Importante destacar que as assembleias devem acontecer em períodos e espaços pré-determinados pelos sujeitos envolvidos, aproveitando-se de uma parcela do tempo vivenciada na instituição para realizar os encontros e, parte-se de situações encontradas no dia a dia, para a resolução de conflitos de maneira prática e não teórica.

Para iniciar esse trabalho, devem estar claros o sentido e as propostas estabelecidos pelas pessoas envolvidas, dados os efeitos provocados em todos os espaços da escola. É preciso, então, conhecer o significado das assembleias, as relações e a metodologia específica para operacionalizar situações que envolvam o coletivo nessa experiência.

E era gostoso, porque a gente pensava: ah, vamos resolver um problema - as vezes até ficava ansioso. ‘Sexta feira tem assembleia, vamos resolver esse problema’. Então no começo era meio chato mesmo... ‘ah, resolver problemas!’ Mas depois passou. (Ana Mayra; 17 anos)

3.2 A Organização da análise dos dados X Os sujeitos da pesquisa

Categorias			Referencial Teórico
Contribuição para a convivência	Aprendizagem da participação	Compreensão da prática em si	Ulisses Ferreira Araújo; Josep Maria Puig; Glória Gohn; Demerval Saviani; Antônio Gramsci.
Questões de base			
<ul style="list-style-type: none"> • Território e suas singularidades • Caracterização dos sujeitos da pesquisa • A assembleia: Conceito, implementação e ressonâncias • Conteúdo e permanência 			

Nome	Nascimento	Período de frequência no NURECA	Nº de moradores na casa	Situação atual	Escolaridade
Alan Robert	04/08/1996	8 anos corridos	18	Empregado	Cursando EM
Ana Mayra	09/02/1997	9 anos corridos	3	Empregada	Cursando EM
Danielle Logarinho	01/06/1997	9 anos corridos	3	Freelancer	EM completo
Fabio Rodrigues	29/09/1994	8 anos corridos	2	Empregado	EM completo

Bruna Duarte	07/05/1997	8 anos corridos	5	Estudante	Cursando EM
Jonhatan Santos	28/04/1996	4 anos corridos	5	Estudante	Cursando EM

3.3 Desenhos Possíveis

Araújo (2004) apresenta três diferentes tipos de assembleias: docentes, com o intuito de regulamentar temas relacionados entre os professores e estes com a gestão; as assembleias de escola, cujo objetivo é discutir, mensalmente, a convivência nos espaços coletivos com a participação dinâmica de representantes da gestão, do professorado, funcionários e alunos e, por último, o foco desse estudo, as assembleias de classe, que trabalham assuntos específicos da sala de aula, nela participam um docente e todos os estudantes da turma, com encontros semanais de uma hora. A respeito da periodicidade em que as assembleias ocorrem, Araújo expõe que ela deve ser, obrigatoriamente, respeitada por todos que participam, no entanto, nesta pesquisa iniciou-se seguindo esta ordem e os próprios alunos como sujeitos que intervinham e dialogavam sobre ela, sugeriram a mudança dos encontros para acontecer quinzenalmente. A manutenção ocorreu porque os alunos argumentaram a falta de tempo para colocarem em prática os combinados elaborados de forma participativa no encontro até a semana seguinte. Por isso, estabeleceu-se que a regularidade seria quinzenal, oportunizando mais tempo para verificação da eficiência das propostas de regulação de convivência elaboradas e votadas no coletivo.

O autor propõe uma divisão em dois eixos, com relação ao conteúdo que deve ser discutido nos encontros. O primeiro deles é o *convívio escolar*, nele estão inclusos temas que se referem ao coletivo como os espaços frequentados, sua limpeza, ações que interferem negativamente no andamento das atividades e o papel que cada pessoa desempenha nesse cenário. O segundo eixo se baseia nas *relações interpessoais*, temas que afetam os membros integrantes do convívio: discussões, perseguições por motivo particular ou acadêmico, chantagens sofridas e, ainda, o diálogo sobre as relações de autoridade.

Em “convívio escolar” incluímos aquelas temáticas que afetam o coletivo da classe ou da escola [...]. Em “relações interpessoais” fazemos referência àquelas temáticas que afetam pessoalmente aos membros da instituição das relações que mantêm entre si. (ARAÚJO, 2004, p.53)

Sobre o funcionamento das assembleias, o autor expõe o aprendizado que as pessoas devem adquirir de poder “ver” e “ouvir” (ARAÚJO, 2004) a todos presentes. É necessário que a disposição física dos lugares seja feita em círculo, semicírculo ou em forma de U, de modo que possam dialogar frente a frente. No que se refere à discussão de cada tema da pauta, é feita uma divisão em três momentos, considerando o tempo disponibilizado para o encontro: diálogo sobre o tema; construção de regras de convivência e resolução de conflitos com propostas para o cumprimento das regras acordadas.

Porque assim, de qualquer maneira, às vezes é difícil pra pessoa ir lá e se expor. Por exemplo dar sua opinião, eu particularmente não gostava de falar, mas depois que começou a ter aquela reunião, as pessoas começaram a falar mais. Chega um momento que você pensa: ‘Poxa, porque eu também não posso falar, porque eu também não posso dar minha opinião? Eu quero que as pessoas me enxerguem do jeito que eu sou.’ Entendeu? Ai, as vezes a pessoa fica reprimida por não tentar se expor, mas a assembleia faz a pessoa se abrir mais. Entendeu?
(Johnatan; 17 anos)

A respeito da conversa entre os participantes, o educador que gere a assembleia expõe o primeiro tema, respeitando a ordem das temáticas mais relevantes à convivência do grupo e discute-se mais adiante os assuntos que menos afetam o convívio. Após as críticas, por último, acontecem as felicitações para o espaço ser deixado de maneira sadia e pra que os sujeitos saiam contentes com os resultados alcançados.

Ter combinados, a gente ter regras nas nossas vidas pessoais. Nossa, a assembleia nos trouxe, parando agora pra poder raciocinar, muitas coisas boas. (Ana Mayra; 17 anos)

Com o intuito de construir as regras de convivência, Araújo expõe um dos maiores sentidos de existir das assembleias no segundo momento, a necessidade de elaborar coletivamente as regras de maneira dialógica. Para implementar tal momento em uma instituição, é necessário estar ciente de que os acordos serão constituídos a partir dos conflitos discutidos na pauta. Então, a cada tema abordado, surge uma sugestão e ela torna-se uma regra, isto é, não se tem a autoridade de apenas uma pessoa, geralmente o educador que ordena e os alunos, por sua vez, devem obedecer sob o risco de sofrer sanções.

[...] uma das funções primordiais das assembleias consiste na construção de regras e normas que regulem a convivência e as relações interpessoais, de modo a permitir que as diferenças de valores e de opiniões possam se manifestar democraticamente e de forma não violenta nos espaços escolares. [...] uma escola democrática que adota as assembleias escolares como instrumento de ação, as regras que regulam o convívio e as relações interpessoais não são mais definidas

exclusivamente pelas autoridades constituídas. Elas são construídas coletivamente, a partir do diálogo sobre os conflitos cotidianos [...]. (ARAÚJO, 2004, p. 79).

No que concerne às regras, elas não podem ser muito específicas de forma que atinjam exclusivamente uma parcela do grupo, nem devem atender a interesses particulares. Da mesma forma que são construídas coletivamente, alcançam o coletivo e, com isso, regulam melhor a convivência. Nesse sentido, ao construir ou modificar uma regra, prioriza-se o bem-estar da maioria. Em votação, seguindo os critérios de ‘contra’; ‘a favor’ ou ‘abstenção’ ao voto, mesmo que a maioria, logo na primeira pergunta feita pelo educador mediador, opte em ser a favor da regra, obedece-se aos demais critérios e, assim, as pessoas perceberão todas as possibilidades sendo expostas.

O último momento apontado pelo autor, configura-se de suma importância, pois refere-se à resolução de conflitos e às sugestões para que as regras sejam cumpridas. Há uma reflexão por parte dos envolvidos no encaminhamento das propostas para a solução, qual seria a forma adequada de resolver determinado conflito, atitudes que não foram sadias para o grupo.

A lógica de organização das instituições de educação formal ou popular deve se pautar nos seguintes critérios: os tempos, os espaços, as relações, os conteúdos contextualizados com a temática dos sentimentos e emoções, dos valores éticos tão almejados pela cultura da sociedade brasileira. Portanto, implementar esse momento institucional, a assembleia, proporciona possibilidades de conviver de forma democrática, onde o respeito aos direitos humanos está intrinsecamente ligado à boa convivência.

Normalmente a gente não conversava com todo mundo da turma, a gente sempre tem aquela pessoa que é mais chegada. Então lá a gente descobria o que as outras pessoas também não gostavam e o que elas gostavam que a gente fazia. Para não fazer de novo. (Danielle Logarinho; 21 anos)

Além dessas considerações, há que se ter em mente o papel do sujeito ativo do conhecimento, ou seja, um sujeito que participa de maneira reflexiva e interativa das aulas, que constrói seu pensamento, alunos que são verdadeiros autores de sua identidade e inter-relações e, por meio da participação, estabelecem vínculos e ajudam na construção de conhecimentos. Educandos que não aceitam passivamente os conhecimentos e cultura propostos, ao contrário, exercem o importante papel de construir e reinventar as regras, a família e a sociedade em que estão inseridos, em ambiente e relações mais democráticas e éticas.

O autor estabelece um segundo aspecto à luz da complexidade do fenômeno de construção de valores, pois o processo não é simples, tampouco passível de solução rápida. Nesse sentido, uma estratégia efetiva pauta-se na intervenção social, a todo instante e nos espaços em que a criança se insere, em outras palavras, significa a criação de um ambiente ético e uma convivência democrática, não somente na instituição como no entorno dela.

Nunca vão tirar da gente! (Ana Mayra; 17 anos)

Conclusão:

É possível inferir a partir do pressuposto teórico estudado, em convergência com os dados analisados que, a assembleia implementada no Nureca entre os anos de 2008 e 2012 exerceu a função de movimento social regulador da convivência, uma vez que entendemos por movimento 5. *Série de atividades organizadas por pessoas que trabalham tendo em vista um propósito comum.* 8. *Circulação ou agitação produzida por grande número de pessoas ou veículos,* 9. *Qualquer função orgânica mutável.*

Tendo por base a produção coletiva de significados, o momento da assembleia – 2. *Ponto específico de tempo em que algo acontece,* 3. *Ocasião precisa em que se sucedem certas circunstâncias,* 4. *Oportunidade, ocasião,* 6. *Período particular de importância, influência ou significado numa série de eventos* - promoveu marcas infindas na formação pessoal e social dos sujeitos.

Os dados obtidos revelam que os participantes encontraram na convivência participativa informações e conteúdos importantes para as suas construções de identidade cidadã. Paralelamente a esse elemento, um dado relevante apontado pelos mesmos foi a elevação do potencial reflexivo, crítico e dialógico coletivo e individual de cada sujeito, conteúdos necessários a vida social em qualquer território e contexto.

Observamos também que quando indagamos sobre a instituição em si e seu papel na organização do desenho de trabalho investigado, os participantes elegem expressões tais como “amor”, “amizade”, “família”, “oportunidade”, “inesquecível”, “privilégio”, “o que aprendemos nunca vão tirar da gente!”, revelando os impactos positivos que a experiência proporcionou na vida dos sujeitos, influenciando a relação de afeto que, segundo referencial teórico é base da projeção de sentimentos que corroboram para a construção de valores éticos centrais ou periféricos.

Os depoimentos dos jovens sugerem que o aprendizado obtido por meio do diálogo, da democracia e da participação, não apenas consolidaram laços de respeito, escuta e amizade, como estiveram a serviço da consolidação de conhecimentos acerca de si e do mundo, úteis as relações sociais e aos desafios que possam vir a enfrentar ao longo de suas histórias de vida.

Referências:

ALANA, Instituto. Educando na Periferia. Disponível em: <<http://youtu.be/NE7pzB2nGIM>>. Acesso em: 18 de setembro de 2014.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. A construção de escolas democráticas: histórias sobre a complexidade, mudanças e resistências. São Paulo: Moderna, 2002.

_____. Assembleia escolar: um caminho para a resolução de conflitos. São Paulo:Moderna, 2004.

BRASIL.Ministério da Educação. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 2008/2009/2010.

BRASIL. Constituição (1998). CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Artigos 6 ao 11. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_19.12.2006/art_6_.htm>. Acesso em out. 2010.

GOHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In:

GOMES, E. S.; BARBOSA, E. F. A Técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos: instituto de pesquisa e inovações educacionais – educativa.

In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002,Ouro Preto, Minas Gerais. Anais...Ouro Preto: ABEP, 4-8 nov. 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf> Acesso em: 03 dez.. 009.

Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, Minas Gerais. Anais...Ouro Preto: ABEP,4-8 nov. 2002.

MOTTA, Carlos, G. (Org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) a grande transação. São Paulo: SENAC,2000.

SAVIANI, D. Escola & Democracia: edição comemorativa. Campinas – SP: Autores Associados, 2008.

